



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 12 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em dezanove de outubro de dois mil e doze na Sala de Reunião das Comissões nº 01 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina / ALESC - Palácio Barriga Verde, situada na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº. 310, Centro, Florianópolis - SC,.

1 Às quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada, do dia dezanove de
2 outubro de dois mil e doze, na Sala de Comissões 01 da ALESC, reuniu-se o Plenário
3 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em sessão
4 plenária ordinária número doze. Presentes o Presidente do Conselho Arq. e Urb.
5 RONALDO DE LIMA, os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas,
6 GIOVANI BONETTI, JORGE RAINESKI, ANDRE LUIZ SERAFIM, MARCOS JOBIM ,
7 CEZAR CIARINI, MAYKON DA SILVA (em exercício), além dos Suplentes de
8 Conselheiro LEONARDO DANTAS e DANIEL RODRIGUES DA SILVA (substituindo
9 as Conselheiras FARIDA MIRANY DE MIRA e SÔNIA SUZETE ROESE,
10 respectivamente), o Suplente de Conselheiro Federal Arq. e Urb. NELSON SARAIVA,
11 a gerente técnica e advogada *ad hoc* BÁRBARA PROCHASKA LEMOS, o diretor
12 geral Arq. e Urb. JOÃO EDMUNDO BOHN NETO, e a assistente administrativa
13 TATIANA FERES. Verificado o quórum mínimo exigido, a sessão foi aberta pelo
14 Presidente do CAU/SC, Arq. e Urb. Ronaldo de Lima, que mencionou a ausência do
15 conselheiro ADEMIR BOGONI e de seu suplente MARCO BISSANI. Em seguida
16 apresentou a pauta da plenária: 1. Aprovação da ata da reunião plenária do dia
17 quatorze de setembro de dois mil e doze; 2. Leitura de extrato de correspondências
18 emitidas e recebidas, 3. Relato do presidente do CAU/SC; 4. Comunicados dos
19 diretores; 5. Relatos das comissões; 6. Apresentação e votação: a) Substituição do
20 conselheiro Giovanni Bonetti pela conselheira Sônia Roese como membro da
21 Comissão Especial do Encontro Anual do CAU-SC; b) Composição das comissões
22 especiais; c) Criação da Comissão Especial de Política Urbana; d) Planos de ação e
23 orçamento dois mil e treze; e) Processos éticos disciplinares; 7. Manifestação dos
24 conselheiros estaduais em assuntos da plenária; 8. Propostas de pauta para próxima
25 na plenária. Colocada para aprovação, o Conselheiro Maykon solicitou a retirada do
26 item sete da pauta, referente aos processos éticos disciplinares, tendo em vista a
27 existência de decisão da Câmara Especializada de Arquitetura e Urbanismo do
28 CREA/SC, desfazendo a necessidade de colocá-los novamente em análise e votação.
29 Sem objeções, foi feita a alteração, restando a pauta do dia APROVADA. Passando
30 ao item 2 da pauta, foram elencadas as **CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: (a)**
31 **Ofício dirigido ao Presidente do CREA/SC solicitando a prorrogação do prazo**
32 **concedido para acesso ao Sistema Integrado do CREA/SC - SICCREA pela Gerente**
33 **Técnico Bárbara; (b) Apoio à candidatura da conselheira Sonia à delegada estadual**
34 **setorial para o Fórum Nacional Setorial de Arquitetura e Urbanismo encaminhado**
35 **para o Ministério da Cultura; (c) Indicação do conselheiro Leonardo Dantas como**
36 **representante deste Conselho na Conferência Municipal Extraordinária na cidade de**
37 **Joinville no dia dezessete de outubro, reunião esta que foi suspensa em decisão**
38 **judicial – concessão da medida liminar. Nas CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS**



39 tem-se: **(a)** Convite da Semana Acadêmica do ENGETEC da Univille, cuja
40 representação do Conselho se dará na pessoa da conselheira Fárida; **(b)** Renúncia
41 do conselheiro Giovani como membro da Comissão Especial do Encontro Estadual de
42 Arquitetos, solicitando nova indicação para substituí-lo; **(c)** Solicitação da conselheira
43 Sônia para participação na Comissão Especial do Encontro Anual do CAU/SC,
44 substituindo o Conselheiro Giovani; **(d)** Convite para a Semana Acadêmica de
45 Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Avantis, o qual contará com a
46 representação da Suplente de Conselheiro Taiana; **(e)** Convite para o 31º (trigésimo
47 primeiro) Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo e a 35ª
48 (trigésima quinta) reunião do Conselho Superior da ABEA, sendo designado como
49 representante, o conselheiro Jorge; **(f)** Ofício do CAU-BR referente à deliberação
50 plenária número oito que trata da sede própria do CAU/UF; **(g)** Convite para o
51 Seminário de Política Urbana no Mato Grosso promovido pelo CAU daquele estado;
52 **(h)** Convite para o encontro sobre Inovação e Critérios Sustentáveis na Construção
53 Civil; **(i)** Convite para o coquetel de premiação das entidades de classe catarinense.
54 Vencido o item 2 da pauta, foi colocada em votação e **APROVADA a ATA DA**
55 **PLENÁRIA nº 11/2012**, datada de quatorze de setembro do corrente ano, com a
56 abstenção de votos dos conselheiros André Serafim, Jorge Raineski e Daniel Silva,
57 por não estarem presente na ocasião. Na sequência passou-se ao item 3 da pauta, o
58 **RELATO DO PRESIDENTE: (a)** Comentou sobre a reunião com a Diretora Geral do
59 CAU/BR, a Arq. e Urb. Mirna Cortopassi Lobo, na cidade de Curitiba, com
60 participação, além do Presidente, do Diretor Geral João e da Gerente Técnico
61 Bárbara. Em pauta estava a logística para coleta de dados biométricos e emissão das
62 carteiras profissionais. **(b)** Destacou também o Terceiro Fórum de Presidentes e o
63 Seminário realizado pelo CAU/PI, ambos em Teresina/PI, que contaram com a
64 presença de aproximadamente vinte outros Presidentes de CAU/UF. Na ocasião foi
65 agendado um próximo encontro para a semana seguinte em Brasília, cujo principal
66 ponto de pauta era a logística das carteiras. **(c)** Relatou os eventos que ocorreram,
67 tais como o Primeiro Concurso de Estudantes de Idéias de Revitalização da Área
68 central de Blumenau da FURB, cuja representação do Conselho se deu através da
69 Suplente de Conselheiro Taiana; **(d)** Mencionou o convite para participação na
70 Semana Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da FURB, ficando a representação
71 do CAU/SC a cargo do Suplente de Conselheiro Daniel; **(e)** Relatou também a cerca
72 da reunião extraordinária do CONCIDADES, que teve como representantes deste
73 Conselho o presidente Ronaldo e a Conselheira Fárida, ocasião em que foi aprovada
74 a cadeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina. Enfatizou que
75 as entidades que têm suas cadeiras ali vêm perdendo o interesse ao longo do tempo,
76 e comentou a dificuldade na formação do quórum na reunião, citando, ainda a
77 presença do Secretário do Planejamento do Estado na reunião; **(f)** Mencionou o
78 Seminário Técnico de Sustentabilidade na Arquitetura; **(g)** Relatou a representação
79 feita pelo Diretor Geral João no lançamento do livro Narrativas da Minha Memória, de
80 autoria do Arq. e Urb. Fernando Jorge da Cunha Carneiro, cujo convite foi
81 encaminhado pelo conselheiro licenciado Decio Goes; **(h)** Comentou os Seminários
82 das Comissões do CAU/BR realizados em Florianópolis, com a seguinte participação:
83 - Seminário da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR com a presença do
84 coordenador da CEEP-CAU/SC, o Conselheiro Marcos e Jorge Raineski, e na
85 abertura, do Presidente Ronaldo de Lima; - Seminário da Comissão de Atos
86 Administrativos do CAU-BR, com a presença do Presidente Ronaldo na abertura, do
87 Coordenador da CCAA-CAU/SC André, da Diretora Administrativa Sônia, além do



88 assistente de licitação Jarrie; - Seminário da Comissão de Finanças do CAU/BR com
89 a presença do Vice-Presidente Giovanni, da gerente financeiro Fernanda, além da
90 Assessoria Com´tabil representada por Roseli; (i) Relatou o resumo da reunião no
91 Instituto de Pesquisa e Planejamento Físico-Territorial – IPPLAN, cuja pauta era
92 moradia econômica: enfatizou a questão dos RRTs para fins sociais e citou ainda a
93 existência, na cidade de Jaraguá do Sul, de um convênio entre Prefeitura, CREA/SC e
94 Associação de Engenheiros e Arquitetos para que os munícipes de baixa renda
95 possam ter algum tipo de benefício na contratação de serviços de projeto. A Prefeitura
96 disponibiliza alguns projetos de até setenta metros quadrados e o CREA criou um
97 subsídio na taxa da ART, onde o profissional segue uma tabela de consenso por esse
98 convênio, com valor simbólico desse projeto para que a pessoa tenha condições de
99 receber essa facilidade, uma iniciativa anterior à Lei 11.888/08. O Convênio é antigo,
100 mas que voltou à discussão tendo em vista o limite de apenas uma casa por terreno,
101 o que nas áreas rurais dificulta para as famílias que moram no mesmo terreno. O
102 CAU foi consultado para, a princípio, isentar a taxa ou subsidiá-la fora do valor que a
103 lei estabelece. O presidente está esperando a documentação para que possa
104 encaminhar para o CAU-BR a solicitação para um estudo em cima disso. O
105 Presidente acredita que essa situação pode se repetir em outros municípios
106 catarinenses e não sabe de que forma o CAU/BR se posicionará nesta questão. O
107 Conselheiro Raineski se manifestou no sentido de que deveria ser analisado o valor
108 do RRT descrito na Lei 12.378/2010 como valor único, acreditando ser difícil
109 conseguir isenção ou subsídio, sugerindo seja feita uma consulta a assessoria
110 jurídica. Foi explicado pelo Presidente Ronaldo que qualquer manifestação do
111 CAU/SC certamente envolveria, não somente a Assessoria Jurídica do CAU/BR,
112 como também a Comissão de Finanças e de Exercício Profissional. O conselheiro
113 Marcos também se manifestou no sentido de ser necessário auxiliar na questão da
114 habitação social e que viu em sites das prefeituras uma lista de dez projetos básicos
115 que a pessoa pode escolher e construir. Enfatizou que sente certo desconforto em
116 aceitar as condições desses projetos pré-prontos, pois é uma situação
117 comprometedor, não só pelo CAU, mas para os Arquitetos e Urbanistas. O
118 conselheiro também se manifestou a respeito de questionar as prefeituras sobre os
119 padrões desses projetos. Informou que a conselheira Fátima se dispôs a montar
120 uma comissão, cujo início dos trabalhos está previsto para 2013, visando possibilitar e
121 incentivar o cumprimento da Lei 11.888/08. Questionou-se a contrapartida da
122 Prefeitura para a qualificação dessa habitação. O presidente Ronaldo esclareceu que
123 os projetos existentes são desenvolvidos e doados por arquitetos da cidade que
124 participaram de uma espécie de oficina. Os projetos complementares também existem
125 e por isso tem os padrões para que sejam mais completos. O conselheiro Jorge
126 contribuiu dizendo se tratar de uma discussão antiga que permeia não só os
127 conselhos, mas também as próprias entidades de classe. Acompanhou em anos
128 passados programas como “Morar Carioca” e outro programa também em São Paulo
129 onde o IAB elaborou concurso de projetos para habitação de baixa renda, cujo
130 objetivo era qualificar essas construções, desmistificando a idéia de que há doação de
131 projeto, essa doação, por si só, é uma contribuição social que os arquitetos fazem.
132 Defendeu que o CAU repudie esta idéia de que o projeto seja apenas um objeto a ser
133 disponibilizado sem a presença do profissional. Citou que já existem programas
134 federais que contemplam a presença do Arquiteto e a qualificação do próprio objeto
135 de construção. Pediu que o CAU se posicionasse, para que exista a necessidade da
136 presença de Arquiteto, não apenas como desenhista dos projetos, mas também



137 ocorra o envolvimento desse profissional na elaboração do projeto e na execução da
138 obra. O vice-presidente Giovani Bonetti se manifestou dizendo não está sendo tratado
139 especificamente do caso de Jaraguá, mas sim de forma geral e que isso talvez fosse
140 uma contribuição que os Conselheiros poderiam dar para a sociedade, buscando
141 maior qualidade dos projetos, ressaltando o aspecto urbano inserido nesse contexto.
142 O conselheiro Nelson Saraiva compartilhou com os colegas um presente que ganhou:
143 Um volume do concurso do “Morar Carioca” com oitenta e um projetos extremamente
144 bem solucionados em nível conceitual. Imaginou escanear aquilo tudo para ser feito
145 uma palestra e colocar os conteúdos de todos os projetos. O presidente Ronaldo de
146 Lima, na expectativa de uma sugestão ou de algum encaminhamento nessa questão,
147 declarou não querer fazer nenhuma solicitação ao CAU-BR sem uma sugestão ou
148 sem um direcionamento da plenária. Foi sugerido que fosse encaminhado um ofício
149 para a prefeitura dizendo que o CAU ainda não tem políticas para concessão de
150 benefícios para esse tipo de ação, reforçando a importância dos projetos, incluindo
151 um discurso com uma defesa da questão da melhoria da qualificação dos projetos, e
152 que esses projetos que fossem doados pudessem ser fruto de concurso público,
153 casas de até setenta metros quadrados, padrões que a Prefeitura pudesse utilizar. O
154 conselheiro Nelson Saraiva enfatizou que a questão mascara o emprego público, uma
155 vez que os arquitetos têm direito também de desempenhar em todas as escalas desde
156 o federal até o municipal. Em muitos casos não há nenhum arquiteto nas prefeituras.
157 É necessário brigar por essas questões e pelo direito da sociedade na qualificação do
158 espaço em todos os níveis. O conselheiro Jorge Raineski lembrou a respeito da Lei
159 Federal 11888/08 e que acredita que o CAU deva se empenhar na regulamentação
160 da lei, pois é uma lei que garante a presença do arquiteto nesses projetos. Garante
161 para as famílias de baixa renda, acesso a uma Arquitetura Pública gratuita. Quem faz
162 arquitetura não está doando. A lei federal que regula a arquitetura pública garante a
163 presença do arquiteto para as famílias de baixa renda, com remuneração. O
164 conselheiro Dantas disse que se a habitação é um direito, e o governo tem recursos,
165 os profissionais devem ser pagos para fazer os projetos, pois dinheiro tem, e deve ser
166 feito, só que está sendo feito da forma errada. O presidente Ronaldo de Lima
167 concordando com tudo o que foi dito, compartilhou sua preocupação com as posturas
168 a serem tomadas, tendo em vista as possíveis repercussões, levando a alguns
169 desdobramentos de insatisfação em meio aos colegas arquitetos. Sugeriu ao vice-
170 presidente Giovani ou ao conselheiro Jorge que o auxiliasse na redação inicial, de
171 como poderia ser respondido ou encaminhado para a Prefeitura de Jaraguá do Sul,
172 para o IPPLAN já que as idéias vieram a partir deles. O vice-presidente Giovani
173 Bonetti aceitou o desafio. Vencido o assunto, o presidente Ronaldo de Lima passou a
174 falar a respeito da alteração do quadro funcional, comentando sobre a demissão da
175 gerente administrativa Silvana Passold e informando que a função será atendida
176 provisoriamente pela gerência financeira e pelo assistente de licitações Jarrie, este
177 último vem acompanhando e desenvolvendo com bastante desenvoltura os
178 procedimentos das licitações que tomaram um impulso maior agora. No processo
179 seletivo de Fiscal, informou já haver definição: após entrevista foi escolhida a Arq. e
180 Urb. Franciani Rigoni. O Advogado, entretanto, será escolhido da próxima quarta-
181 feira. Indagado pelo conselheiro Cezar sobre o motivo da demissão de Silvana
182 Passold, o presidente Ronaldo de Lima explicou que o motivo foi o relacionamento
183 com os colegas e para que a harmonia voltasse e o trabalho pudesse continuar com
184 qualidade e eficiência. O item 4, **RELATO DAS COMISSÕES**, iniciou-se com a
185 **Comissão de Ensino e Exercício Profissional**, onde o conselheiro Cezar Francisco



186 Ciarini destacou o plano de ação para dois mil e treze; a verificação das solicitações
187 realizadas na Secretaria do CAU através de denúncias de três de setembro;
188 recebimento e relato de novas denúncias providas do CREA; análise e despacho dos
189 processos oriundos do CREA; e o item quatro balanço do Seminário de Capacitação
190 das Comissões de Ensino dos CAU/UF realizado em Florianópolis nos dias dez e
191 onze de outubro. Com relação à seleção do profissional a ser contratado para
192 fiscalização foi escolhida a arquiteta Franciane Rigoni por demonstrar melhores
193 condições e perfil para ocupar o cargo, sendo qualificada com apoio da CEEP-
194 Comissão de Ensino e Exercício Profissional e possuir a melhor nota atribuída pela
195 Neo Labor e perante os demais interessados. Foi feita a **proposição** da Comissão de
196 Ensino e Exercício Profissional, para sejam referendados os três primeiros colocados
197 nessa seleção da Neo Labor e a comissão CEEP, que não foram contratados para
198 serem chamados em segunda instância se for necessário, até a vigência do mandato
199 de dois mil e doze até dois mil e catorze. O vice-presidente Giovanni Bonetti concordou
200 e sugeriu que buscasse as pessoas que participaram da seleção para que seja
201 decidido a ordem de colocação do terceiro e quarto, já que só foi definido apenas a
202 fiscal contratada e o segundo colocado. Cezar Francisco Ciarini continuou o relato
203 das comissões falando sobre o Seminário de Capacitação das Comissões de Ensino
204 dos CAU/UF em Florianópolis, com a presença dos conselheiros Jobim, Raineski e
205 Ciarini. O objetivo do Seminário foi melhorar o diálogo entre o MEC e maior
206 fiscalização dos novos cursos e cursos em andamento. Citou-se a idéia de um selo de
207 qualidade para melhorar a qualidade de formação dos novos egressos. Intercambiado
208 sobre as solicitações das entidades de ensino ao CAU para falar em nome do
209 Conselho nas escolas e entidades de ensino em todas as regiões do Estado, a
210 proposição da comissão é que seja realizado um seminário de capacitação aos
211 conselheiros titulares e seus suplentes, por adesão, para constar no plano de ação
212 2013. Realizar palestras técnicas sobre fiscalização profissional pelos técnicos do
213 CAU em todas as regiões. O conselheiro Marcos Antonio Jobim citou dois focos para
214 as palestras em instituição de ensino: a palestra institucional sobre o CAU e uma
215 palestra técnica. Tendo em vista a constante demanda de visitas às instituições de
216 ensino e prefeituras, a intenção da Comissão é profissionalizar essas apresentações
217 de caráter técnico, através da gerência técnica, seja pela gerente ou pelos fiscais, não
218 dependendo de representações que mudam constantemente. O vice-presidente
219 Giovanni Bonetti sugeriu que fosse feito algo mais profissional para ser levado às
220 universidades e outras entidades mistas pelo interior do Estado. O Conselheiro
221 Marcos Jobim solicitou então que em dois mil e treze houvesse um técnico capacitado
222 para falar em nome do setor nas instituições de ensino, que sempre solicitam
223 palestras e enviam convites ao conselho. O Conselheiro Jorge relata, em resumo,
224 alguns assuntos trazidos no Seminário da CEF/CAU-BR – apresentado um gráfico da
225 situação das instituições de ensino (IES) do país, Santa Catarina obteve a pior
226 posição em número de escolas, distribuição de escolas por número de profissionais, e
227 por número de habitantes, concluindo-se por um excesso de cursos de Arquitetura e
228 Urbanismo no Estado. Relata, ainda, que havia uma expectativa no sentido de o CAU
229 participar diretamente na regulamentação das IES, inclusive barrando o surgimento
230 de novos cursos que não atendessem às condições concretas e mínimas para o seu
231 funcionamento e que garantissem uma formação profissional condigna. Apresentou
232 sua frustração a falta de poder do Conselho nessas diretrizes, visto ser competência
233 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo que esta hoje possui uma mesma
234 instituição interna responsável pela elaboração do ENEM, pela avaliação dos cursos,



235 e pelos seus respectivos registros. Em resumo, com mais de seis mil profissões, a
236 porta está “escancarada” para inscrição de qualquer curso. Santa Catarina tem vinte e
237 quatro, com vias a ter vinte e seis cursos, e nenhum critério primoroso que possa
238 definir qual é a matriz curricular mínima para possam funcionar. Ainda, foi informado
239 no Seminário que está surgindo uma nova autarquia pública federal, que vai excluir do
240 MEC tal função, passando a atuar como órgão responsável, exclusivamente, pelos
241 registros de novos cursos. O Conselheiro ainda enfatizou a importância da
242 aproximação do CAU com tal autarquia, buscando melhorar a fiscalização dos cursos.
243 Mencionou também a importância do SICCAU nesta questão, visto a credibilidade do
244 Sistema para/com os técnicos do MEC, que se surpreenderam com a criação do
245 Conselho já disponibilizando uma ferramenta de alta tecnologia, muito próxima àquela
246 que deve ser usada pelo Ministério. Foi referendado em Santa Catarina, após
247 aprovação em Seminário anterior realizado no Mato Grosso do Sul, a criação de um
248 selo de qualidade aos cursos de Arquitetura e Urbanismo que cumprissem com os
249 requisitos a serem estabelecidos, selo equivalente a uma ISSO, qualificando os
250 melhores cursos do Brasil. Havia uma expectativa de que o CAU criaria, a exemplo da
251 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, um exame de ordem, mas lembrou que um
252 exame de proficiência prejudicaria a classe, pela falta de abrangência dos
253 profissionais do curso. O conselheiro Nelson Saraiva disse que precisa realmente
254 uma regulamentação e uma regulamentação pesada. Conselheiro Marcos Jobim
255 defendeu que é preciso atuar junto com a ABEA e o MEC para também estabelecer
256 uma modificação por dentro das escolas, e conclui o relato da Comissão afirmando a
257 necessidade de muito se discutir o assunto, levando em consideração, inclusive, as
258 diferenças regionais que o país possui. **O relato da Comissão de Contas e Atos**
259 **Administrativos**, feito por seu Coordenador André Luiz Serafim, que relatou: com a
260 participação da Gerente Financeira Fernanda, e da Roseli, representante da
261 Assessoria Contábil, foi apresentado o relatório financeiro, sanando as dúvidas que
262 iam surgindo durante a apresentação. Nesta apresentação financeira, foi dado
263 conhecimento aos Conselheiros que o CAU/SC atingiu 90% da previsão orçamentária
264 e a arrecadação de RRT está superior àquela prevista até o mês de setembro.
265 Durante a reunião da CCAA/CAU-SC, o Conselheiro Giovanni sugeriu que, na
266 campanha institucional do Conselho, seja incentivada a missão de RRT, focando,
267 principalmente, nos profissionais que trabalham com interiores, abordando as
268 Construtoras, Sinduscon, além de outras entidades, para que cobrem Responsáveis
269 Técnicos e emissão de RRT, aumentando assim a arrecadação do Conselho. O
270 Conselheiro Giovanni pediu a palavra para ressaltar que, por mais que a arrecadação
271 aumente, o principal objetivo do contato com Sindicatos e Entidades é viabilizar a
272 fiscalização de interiores, podendo contribuir com a segurança da Sociedade,
273 garantindo que os profissionais responsáveis por esses projetos e/ou execuções
274 estejam devidamente habilitados, estabelecendo, inclusive, a diferença entre
275 Arquitetos e Urbanistas dos designers de interiores, para, por fim, resultar também na
276 valorização profissional. Esclarece que sua sugestão engloba, além de Construtoras,
277 os Sindicatos da categoria, para os quais poderá ser enviado documento do
278 Presidente alertando sobre a importância de contratar um Arquiteto e Urbanistas
279 devidamente registrados e exigir a emissão de RRT. De volta com a palavra, o
280 Coordenador André parabenizou a Gerência Financeira, na pessoa da Gerente
281 Fernanda e da Assessoria Contábil realizada pela Rose, pela qualidade do relatório
282 gerencial apresentado à Comissão, bem como pelas explicações dadas, passando
283 um entendimento muito mais abrangente para os Membros da Comissão. O Relatório



284 Gerencial foi colocado em votação na Comissão e aprovado por Unanimidade. No
285 segundo item, foram relatados os resultados, bem como as participações, nos
286 Seminários de Treinamento realizados em Florianópolis nos dias onze e doze de
287 outubro, referentes às Comissões de Finanças e de Atos Administrativos, ambas do
288 CAU/BR. Quanto aos orçamentos apresentados pelos CAU/UF, Santa Catarina se
289 destaca pelo avanço nas informações prestadas – apenas três Estados tiveram seus
290 orçamentos aprovados pelo CAU/BR até aquela data, dentre eles, o CAU/SC. A
291 respeito do Seminário de Atos Administrativos, o Coordenador André apresentou
292 alguns pontos: - adequação do Regimento do CAU/SC em relação ao Regimento
293 Geral do CAU/BR; - reformulação, pelo CAU/BR, de seu organograma; - o CAU/BR
294 está elaborando uma cartilha para instruir obrigações e ações dos Conselheiros;
295 - Sobre as licitações, o CAU/BR solicitou que os UFs verifiquem os termos de
296 referência e licitações já elaboradas por eles, para que possam utilizá-los; e
297 - recomenda que as atas sejam feitas em súmulas, mesmo que haja degravação. Foi
298 sugerido pela Comissão, como pauta da Reunião Plenária de dezembro, a aprovação
299 no novo Regimento Interno do CAU/SC. O Coordenador informou, ainda, que o
300 CAU/BR está formando os colegiados em entidades e deixou a critério dos Estados a
301 formação dos mesmos. Em discussão na reunião da CCAA/CAU-SC, ficou decidido
302 que deverá ser apresentada, na reunião plenária de dezembro, uma minuta deste
303 Regimento Interno do CAU/SC, ficando a cargo desta Comissão as discussões a
304 cerca do assunto. Solicitou também, a análise/revisão do Regimento Geral do
305 CAU/BR, pela Assessoria Jurídica do Conselho, para que apresente, se possível, na
306 próxima reunião da CCAA/CAU-SC, visando iniciar as discussões na próxima reunião
307 plenária. A respeito do organograma, foi discutida a criação de uma ouvidoria e
308 definiu-se que será analisada a estrutura e que valores serão necessários para a
309 contratação desses serviços, seguindo, se possível, a mesma linha do CAU/BR.
310 Sobre os Planos de Ação, a Comissão decidiu verificar a possibilidade de reeditar as
311 propostas que não foram realizadas em dois mil e doze, para dois mil e treze, ficando
312 o estudo dessa possibilidade sob responsabilidade da Gerência Financeira. Em
313 discussão a cerca da Portaria que define os valores de diárias, verificou-se que
314 alguns valores pagos em determinados casos está inadequado a algumas situações.
315 A Gerente Financeira irá fazer o estudo em outros CAU/UF para verificar o valor que
316 estão sendo adotados, além de verificar em outras autarquias para avaliar e propor
317 uma nova tabela de valores, além de propor uma revisão da portaria. Além de valores
318 menores em relação aos efetivamente gastos pelos Conselheiros, com hotel e
319 transporte, havia divergências nos texto da Portaria. A Gerente Técnico Bárbara
320 ressaltou a importância de cobrar e aguardo do CAU/BR as diretrizes para elaboração
321 do Regimento Interno do CAU/SC, visto que no Regimento Geral consta a previsão de
322 uma Comissão responsável por definir a norma geral para os UFs. Novamente, o
323 Coordenador avisou que a instrução obtida no Seminário é que os CAU/UF devem
324 fazer a reformulação de seus regimentos internos, de acordo com o Regimento Geral
325 publicado, devendo esperar o CAU/BR e enviar as reformulações estaduais. Com a
326 palavra cedida pelo Coordenador, o Diretor Geral João Edmundo explicou que na
327 portaria de diárias, existem discrepâncias com relação a pernoite e quando não tem.
328 O Diretor Geral João Edmundo aproveitou para informar a todos a respeito do
329 treinamento de Finanças com os Conselheiros, que está previsto para 08 ou 09 de
330 novembro, data esta que será confirmada posteriormente. O Conselheiro Giovanni
331 Bonetti disse haver pouco conteúdo nos informes do Conselho, e solicitou que fosse
332 estabelecida comunicação direta, através de e-mail, com a assessoria de imprensa,



333 meio pelo qual todos os Conselheiros possam mandar sugestões e comunicar
334 eventos importantes para que elas façam uma triagem para divulgar questões de
335 conteúdo e de responsabilidade do Conselho. Foi informado pelo Diretor Geral João
336 Edmundo que o site seguirá basicamente os padrões do CAU/BR, existindo nesse
337 projeto uma série de locais de acesso, inclusive de artigos, documentos, fotos,
338 galerias, licitações. O conselheiro Jorge referendou que é importante a
339 operacionalidade de uma estrutura de comunicação, deixando a sugestão que se
340 procure cobrar o serviço de comunicação e ao mesmo tempo procurar estar mais
341 presente nos grandes acontecimentos que envolvem o nosso Conselho. O
342 Coordenador André Serafim encerrou o relato falando sobre o portal da transparência
343 que hoje está sendo obrigatório em todas as prefeituras no Brasil e enfatizou
344 novamente sobre as atas que deverão ser em súmulas. O Presidente Ronaldo
345 esclareceu que as atas já estão sendo condensadas, não enviando mais a
346 degravação como ata. O Conselheiro Marcos Jobim retomou o assunto da assessoria
347 de comunicação, sugerindo que estivessem presentes integralmente em todas as
348 reuniões plenárias, com um representante sentado ao lado dos conselheiros
349 acompanhando os assuntos do CAU. Após finalização do relato, o Presidente
350 Ronaldo registrou e agradeceu a presença dos Arquitetos e Urbanistas Franklin
351 Urresta e Índio Negreiros. O Conselheiro Maykon passou a relatar os assuntos *da*
352 **Comissão Permanente de Ética** informando se realizaram duas reuniões
353 extraordinárias desde a última plenária. Os processos do antigo Conselho foram
354 separados por ano de instauração e os membros da Comissão de Ética iniciaram os
355 trabalhos pela análise dos processos que estão próximos da prescrição. Houve
356 também discussão a respeito da legislação a ser utilizada nessas análises - Lei
357 12378/2010, Resolução nº 25 do CAU/BR que determina sejam usadas as
358 Resoluções do CONFEA, quais sejam, 1002, 1004 e 1008. Aos processos analisados
359 foram dados os devidos encaminhamentos. Conforme informado no início da presente
360 reunião, os processos encaminhados para votação em plenária não seria mais
361 analisados, pois já possuem decisão da Câmara Especializada de Arquitetura e
362 Urbanismo do CREA – CEARQ, outro com recurso da denunciada contra decisão de
363 arquivamento que deverá passar por nova instrução e, por fim, um processo cujo
364 denunciado foi julgado pela Câmara de Agrimensura do CREA/SC, também
365 precisando de nova análise. Houve também discussão a cerca da Resolução nº 34 do
366 CAU/BR, que serviu de base para começar a elaborar a minuta do Regimento Interno
367 na Comissão Permanente de Ética. Foi analisada, discutida e aprovada, uma minuta
368 da correspondência a ser enviada para os denunciados, sugerindo-se a confecção de
369 correspondência similar para o denunciante. A Gerente Técnica Bárbara esclareceu
370 que a minuta de correspondência ao denunciante também tinha sido analisada e
371 aprovada pela Coordenadora, visto que as duas intimações determinadas pela
372 Comissão dirigiam-se ao denunciante. Ao informar que um dos intimados havia
373 informado que não viria à oitiva, a Gerente Bárbara foi indagada pelo Conselheiro
374 Giovani a respeito da possibilidade de arquivamento, explicando que pode ser
375 requerida pelo Denunciante e acatada pela Comissão, desde que nos Autos já não
376 esteja comprovada a falta ético-disciplinar. Passando ao relato da **Comissão**
377 **Especial de Patrimônio**, o Coordenador Leonardo Dantas informou foram feitas duas
378 reuniões desde a última plenária. Foi decidido que a sede provisória do Conselho
379 permanecerá no endereço atual, ficando acertado o seguinte cronograma: dia 05/11-
380 a entrega do projeto revisado; Dia 05/12 entrega do termo de referência; dia 10/01-
381 licitação; e dia 20/03 a inauguração da sede provisória. Na reunião foi apresentado



382 um programa de necessidades para se ter uma noção de qual metragem precisa ter a
383 sede definitiva do CAU, restando, aproximadamente, em três mil metros quadrados.
384 Partindo de um valor, supostamente disponível, de três milhões de reais, será feito um
385 apanhado com algumas opções mais concretas no sentido de valor, potencial e
386 disponibilidade, que serão apresentados para a Plenária. Por definição da Comissão,
387 a prospecção de possíveis imóveis será apresentada pelo Conselheiro Giovani. O
388 imóvel imaginado deverá localizar-se no triângulo central da capital, compreendendo
389 área com significado em termos de urbanidade, concentrando-se mais na parte
390 histórica da cidade, ou então em área institucional, na Beira Mar Norte, próximo à
391 OAB e Polícia Federal. O Coordenador Leonardo informou ainda que, independente
392 do imóvel escolhido estar pronto, ou depender de construção, o projeto será escolhido
393 através de concurso. O Cronograma das próximas reuniões já ficou definido, ficando
394 as que ocorrerão em 2013 em aberto, para agendamento nas próximas reuniões.
395 Informou então que a 2ª reunião ocorreu hoje, dia dezanove de novembro, foi
396 apresentado pelo Diretor Geral João Edmundo, e lido em plenária, um programa de
397 necessidades para basear as decisões da Comissão de acordo com a estrutura que o
398 Conselho já tem e que está prevista. A respeito da revisão final do projeto, ficou
399 definido que serão três orçamentos apresentados para a escolha de quem fará. O
400 Conselheiro Daniel, durante a reunião da Comissão, compartilhou com os demais
401 membros a conversa que teve com o Eng. Carlos Bauer, responsável pelo
402 Departamento de Patrimônio da União, que confirmou a possibilidade de o Conselho
403 usar imóvel da União para a sede definitiva, sugerindo que fosse feita reunião com
404 Isolde Spindola sobre os procedimentos necessários. O vice-presidente, que
405 encontrou com a Sra. Isolde, informou que, possivelmente, essa reunião se realize
406 antes do imaginado. Ainda na segunda reunião, o vice-presidente apresentou a
407 prospecção dos imóveis prometida: oito no total, dentre os quais está a casa do
408 Hercílio Luz. Para não alongar demais, o Coordenador preferiu deixar a apresentação
409 completa dos imóveis para o relatório final, contendo, inclusive, imagens. Foi feita
410 uma intervenção pelo Conselheiro Jorge no sentido de solicitar que disponibilizado
411 aos Conselheiros que não são da Comissão, um acompanhamento e entendimento
412 melhor a respeito dos critérios que levaram a essas escolhas, destacando a
413 importância de definir critérios urbanos para sua localização, prevendo todos os itens
414 de mobilidade. Com a palavra, o Conselheiro Giovani destacou que uma das
415 prioridades é respeitar as diretrizes atuais de sustentabilidade para potencializar a
416 questão de infraestrutura urbana, sem descartar outras possibilidades e diretrizes.
417 Para finalizar, o Coordenador comenta o estudo, pela Comissão, a respeito da
418 possibilidade de financiamento junto ao BADESC, BNDS. Antes de encerrar a
419 primeira parte o Presidente Ronaldo registrou reconhecimento, e agradeceu pelo
420 trabalho de todas as comissões e o empenho dos Conselheiros de Santa Catarina,
421 ressaltando que o comprometimento é admirável. Foi então encerrada a primeira
422 parte, fazendo o intervalo, durante o qual os Conselheiros deveriam fazer as fotos que
423 vão identificando-os no site do Conselho. Após o período estabelecido, o presidente
424 Ronaldo de Lima retomou a pauta, passando ao item 6, com as **VOTAÇÕES: (a)** a
425 substituição do Conselheiro Giovani Bonetti pela Conselheira Sônia Roese, como
426 membro da Comissão Especial do Encontro Anual do CAU-SC, homologada pela
427 plenária após **aprovação por unanimidade. (b)** Composição das comissões
428 especiais, tratando dos problemas em convocar e cobrir as despesas de diárias com
429 suplentes, uma vez que os titulares também estão envolvidos com alguma atividade
430 simultânea do Conselho. O vice-presidente Giovani Bonetti sugeriu a homologação da



431 substituição dos nomes de “suplentes” para “arquitetos convidados”, com a ressalva
432 de que na próxima reunião plenária seja confirmada pela Assessoria Jurídica do
433 Conselho a possibilidade de Arquiteto Convidado assumir a Coordenação de
434 Comissão, ponto também **aprovado por unanimidade. (c)** criação da **Comissão**
435 **Especial de Política Urbana** que será formada pelo Conselheiro Jorge Raineski,
436 pelos Arquiteto e Urbanistas convidados, Daniel Rodrigues da Silva, Silvia Lenzi e
437 Nelson Saraiva, cuja composição foi **aprovada por unanimidade. (d)** Planos de ação
438 e orçamentos para o exercício de dois mil e treze, item que não foi votado, ficando
439 adiado para a pauta da plenária de novembro. **(e)** a votação dos processos éticos foi
440 tirada da pauta. O suplente de Conselheiro **Daniel Silva** perguntou se as entidades
441 de classe como o IAB e a ASBEA terão espaço na nova sede do CAU. O presidente
442 Ronaldo transmitiu a pergunta à comissão de Patrimônio. O conselheiro Giovani
443 Bonetti informou que constaria na pauta da próxima reunião da comissão e que na
444 próxima plenária apresentaria a resposta. Dando continuidade a Pauta com o Item
445 sete, a **MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS** em assuntos do interesse desse
446 plenário, o conselheiro Jorge Raineski demanda que seja solicitada a entrega da
447 documentação ainda sob a guarda do CREA/SC. Sugeriu envio de um ofício ao
448 presidente do CREA/SC para a liberação do acervo dos processos referente aos
449 arquitetos e urbanistas, documentos oficiais, protocolados do CREA/SC para o CAU.
450 O presidente Ronaldo assentiu ao pedido. O conselheiro André Serafim comentou
451 sobre o debate a respeito da aquisição de carros ecologicamente corretos. O carro
452 elétrico foi descartado, pois não há demanda no Brasil. Há a possibilidade de uma
453 licitação para carros híbridos em todos os CAU/UF. O Presidente Ronaldo informou
454 que ainda estava em análise, os modelos híbridos de diversos fabricantes e que a
455 decisão ainda pode demorar. Em resposta a um questionamento do conselheiro
456 André Serafim sobre a presença do CAU em diversas partes do estado, e de não
457 haver a coleta dos dados biométricos na cidade de Itajaí, o presidente Ronaldo
458 esclareceu que a intenção é de, após a feitura de concurso público, com a
459 contratação de fiscais, provavelmente divididos no primeiro momento em
460 macrorregiões, o Conselho possa ficar mais próximo dos Arquitetos do Estado.
461 Referente à coleta dos dados biométricos, a gerente técnica Bárbara explicou que o
462 Estado foi dividido em oito macrorregiões, e a escolha das cidades polarizadoras foi
463 embasada por vários fatores, entre os quais, número de arquitetos, infra-estrutura de
464 acesso e disponibilidade de local para a coleta dos dados. O conselheiro Giovani
465 destacou a importância dos informativos para divulgar as ações do CAU-SC em todas
466 as cidades. O conselheiro Jorge Raineski ressalta a preocupação com a melhoria do
467 ensino de arquitetura no país, visto que a partir de dois mil e quinze não haverá
468 fronteira para o exercício da profissão dentro do Mercosul. O conselheiro Cezar
469 Ciarini comenta que os critérios de avaliação e de qualificação dos novos cursos
470 serão estabelecidos pelo MERCOSUL e solicita a última versão do regimento do
471 CAU-BR para que seja feita uma análise comparativa com o regimento do CAU-SC a
472 ser debatida na plenária posterior. O Conselheiro Giovani Bonetti esclareceu que o
473 envio será feito e a comissão de Atos Administrativos está responsável por elaborar
474 uma minuta nova de regimento do CAU/SC à luz do regimento nacional. O presidente
475 Ronaldo informa que o regimento do CAU/BR está disponível na internet. O visitante
476 Franklin Urrestra reivindicou o direito a exercer sua atividade profissional cerceada
477 por não poder mais assinar projeto e execução do Sistema de Prevenção de
478 Descargas Atmosféricas (SPDA). O presidente informou que esta orientação está
479 baseada em uma deliberação da Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR que



480 diz que o arquiteto não tem atribuição para assinar SPDA, e que não houve
481 solicitação escrita para que fosse registrada no CAU/BR a reivindicação, salientou a
482 necessidade de envio dos casos específicos por e-mail ou carta para
483 encaminhamento para o CAU/BR. Foi questionado o fato dos arquitetos em um
484 primeiro momento poderem fazer SPDA e agora não mais. O presidente Ronaldo de
485 Lima lembrou que o CAU/SC não decide acerca de atribuições e reiterou que é
486 importante a comprovação de que o arquiteto fazia SPDA para envio ao CAU/BR. O
487 presidente Ronaldo sugeriu, devido ao adiantado da hora, que as **SUGESTÕES DE**
488 **PAUTA** para a próxima reunião pudessem **ser feitas por e-mail durante a semana**,
489 o que foi **acatado pelos conselheiros**. Houve o questionamento do Leonardo quanto
490 ao andamento da preparação do Encontro Anual e o Conselheiro Giovanni informou
491 que o encontro estadual está marcado para o dia seis de dezembro, lembrou do Dia
492 do Arquiteto dia 15, referendou que na reunião plenária passada foi aprovado que a
493 ASBEA seria a entidade responsável por organizar esse evento, fazer toda a parte de
494 agendamento e operacional junto com a empresa de eventos, e como ele faz parte do
495 conselho da ASBEA se dispôs a sair da Comissão por esta razão. O Conselheiro
496 Jorge questionou se não haveria nenhuma restrição jurídica quanto ao repasse de
497 recursos para a ASBEA, repasse este, sem licitação. O Conselheiro Giovanni
498 respondeu que a ASBEA é uma entidade sem fins lucrativos, e que no estatuto há a
499 valorização do profissional e que assim não há questionamento legal. O conselheiro
500 Jorge salientou que reportando ao conhecimento do CREA/SC, a ASBEA não se
501 enquadrava. Giovanni pediu para colocar em votação e referendar a ASBEA como
502 entidade organizadora do evento. O presidente Ronaldo lembrou que isso já havia
503 sido aprovado na última plenária e não que não há necessidade de uma nova
504 votação, informando ainda que o assistente de licitação, Jarrie, está analisando o
505 estatuto da ASBEA. O presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Bárbara
506 Prochaska Lemos, secretária *Ad hoc*, lavrei a presente Ata que será rubricada por mim, em
507 todas as suas páginas e ao final, assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima para
508 que reproduza os efeitos legais.

Ronaldo de Lima
Presidente

Bárbara Prochaska Lemos
Secretária *Ad hoc*